

Agendas Regionais com os Municípios

Leste Fluminense
2021-2024



Conjunto de propostas
para as prefeituras do
Estado do Rio.

F293a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
Agendas regionais com os municípios : Leste Fluminense 2021-2024 :
conjunto de propostas para as prefeituras do Estado do Rio. / Firjan. – Rio
de Janeiro: [s.n.], 2021.
18 p. : il., color.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Desenvolvimento social. I. Firjan.
II. Firjan SENAI. III. Firjan SESI. IV. Firjan IEL. V. Título.

CDD 338.98153



JUL. 2021

www.firjan.com.br
Av. Graça Aranha, 1, 10º andar
Centro, Rio de Janeiro

Expediente

Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Presidente

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Presidente do Conselho Empresarial da Firjan Leste Fluminense

Luiz César Caetano

Diretor de Competitividade Industrial e Comunicação Corporativa

João Paulo Alcantara Gomes

Diretor Executivo SESI SENAI

Alexandre dos Reis

Diretora de Compliance e Jurídico

Gisela Pimenta Gadelha

Diretora de Pessoas, Finanças e Serviços Corporativos

Luciana Costa M. de Sá

GERÊNCIA-GERAL DE RELACIONAMENTO

Gerente-Geral de Relacionamento

Cesar Kayat Bedran

Gerente Regional Firjan I

Joubert Neves

Gerente Regional Firjan II

Katia Turra

GERÊNCIA-GERAL DE COMPETITIVIDADE

Gerente-Geral de Competitividade

Luís Augusto Azevedo

Equipe técnica

Júlia Nicolau

René Durão

Gerente de Infraestrutura

Isaque Ouverney

Gerente de Economia

Jonathas Goulart

Gerente de Sustentabilidade

Jorge Peron

GERÊNCIA-GERAL DE EDUCAÇÃO

Gerente-Geral de Educação

Regina Malta

Gerente de Educação

Giovanni dos Santos

GERÊNCIA-GERAL JURÍDICA

Gerente-Geral Jurídico

Bruno Souza Barros

Gerente Jurídico Empresarial

Tatiana Abranches

Gerente Jurídico Tributário

Rodrigo Barreto

Gerente de Petróleo, Gás e Naval

Karine Fragoso

PROJETO GRÁFICO

Gerente-Geral de Comunicação

Ingrid Buckmann

Gerente de Comunicação e Marca

Fernanda Marino

Equipe Técnica

Francisco D'Elia Lucchini

Luciana Sancho Siqueira de Souza

Alessandra do Prado Miranda

Sumário

| | |
|--|----------|
| PELO DESENVOLVIMENTO REGIONAL | 3 |
| A REGIÃO EM NÚMEROS | 4 |
| AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO LESTE FLUMINENSE | 6 |
| 1. Ordenamento urbano | 6 |
| 2. Planejamento regional | 8 |
| 3. Saneamento ambiental | 9 |
| 4. Logística e mobilidade urbana | 12 |
| 5. Educação | 13 |
| 6. Ambiente de negócios | 14 |
| 7. Gestão pública | 16 |
| 8. Segurança Pública | 18 |

Pelo desenvolvimento regional

Vivemos um momento atípico. Afetado pela pandemia da Covid-19, o mundo enfrenta o desafio de superar os nefastos efeitos da crise gerada sobre a saúde e a economia. Os desafios são muitos. Mas a vacinação em curso traz alento e esperança por dias melhores.

Os gestores públicos, independentemente da esfera, precisam atuar com eficácia e seriedade, atentando para que os desafios do momento não nos impeçam de avançar em ações essenciais para o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Rio de Janeiro.

Imbuídos desse propósito, apresentamos o Caderno Regional de Ações Prioritárias para o desenvolvimento da Região Leste Fluminense, formada pelos seguintes municípios: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Itaboraí, Maricá, Niterói, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Gonçalo, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Silva Jardim e Tanguá.

O caderno reúne o posicionamento do Conselho Empresarial da Firjan Leste Fluminense. É um documento de referência e foi fruto de consulta aos membros de cada Conselho e resultado de ampla discussão interna, ratificado pela diretoria da entidade. Sua elaboração surgiu com a finalidade de apoiar os gestores na identificação das prioridades para o desenvolvimento municipal, nor-

teado pelo fortalecimento da região e da indústria.

Os empresários da região apontaram propostas para o desenvolvimento do Leste Fluminense de 2021 a 2024, nas seguintes temáticas:

- 1. Ordenamento urbano;**
- 2. Planejamento regional;**
- 3. Saneamento ambiental;**
- 4. Logística e mobilidade urbana;**
- 5. Educação;**
- 6. Ambiente de negócios;**
- 7. Gestão pública;**
- 8. Segurança Pública.**

As propostas contemplam temas essenciais para garantir o crescimento industrial e socioeconômico, com propostas capazes de criar as condições necessárias para o desenvolvimento da região Leste Fluminense. Cada ação sugerida é contextualizada, aponta caminhos para atuação das Prefeituras e identifica as formas pelas quais a Firjan vai atuar para que sejam implementadas, de modo que o esforço conjunto traduza a expectativa de desenvolvimento em realidade.

A seguir, é apresentada uma versão executiva do perfil socioeconômico da região.

A região em números

4

A Região Leste Fluminense é composta por 16 municípios¹, que somavam, aproximadamente, 3 milhões de habitantes em 2020, segundo estimativa do IBGE. A regional é a segunda maior do estado, atrás apenas da Capital, representando 17,2% da população estadual total. O PIB da região, por sua vez, foi de R\$ 127,1 bilhões em 2018, correspondendo a 16,8% do valor estadual. O setor de Serviços foi responsável por R\$ 49,8 bilhões. A Indústria é a segunda maior atividade econômica da região, com R\$ 49,6 bilhões da produção regional. A Administração Pública, por sua vez, produziu R\$ 21 bilhões do PIB da regional. Entre os municípios, Niterói é a maior economia, concentrando 31,7% do PIB regional, seguido por Maricá, com 21,2% da produção. Com relação ao desenvolvimento socioeconômico, segundo o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)², todos os municípios da regional Leste apresentaram desenvolvimento moderado em 2016. Contudo, a nota média da regional (0,6818) ficou abaixo da média do Estado (0,6939), que também registrou grau moderado de desenvolvimento. Sob a ótica das vertentes, todas ficaram abaixo da média estadual: IFDM Emprego & Renda (-2,9%), IFDM Educação (-2,8%) e IFDM Saúde (-0,1%). A regional registrou alto desenvolvimento em Saúde (0,8051) e moderado no IFDM Educação (0,7746). Por fim, na vertente Emprego & Renda (0,4658), seu desenvolvimento foi regular, sendo o pior resultado da regional.

No que tange à gestão fiscal, o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF)³ registrou que nove dos treze municípios analisados⁴ da região tiveram gestão crítica ou difícil de suas contas em 2018. Apenas três municípios tiveram boa gestão fiscal, sendo Niterói o único da região e do

estado que atingiu excelência na gestão dos recursos. Ainda assim, a média da região (0,5514) ficou acima da registrada no Estado (0,4969). O resultado do IFGF do Leste Fluminense foi direcionado pela boa gestão de seu planejamento financeiro e pelo grau de comprometimento do orçamento com gastos de pessoal. Além disso, apesar do baixo nível de investimento, a regional apresentou percentual de recursos investidos superior ao observado no estado. Por outro lado, a região tem baixa capacidade de gerar receitas locais para pagar despesas com a estrutura administrativa.

Em 2019, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a região possuía 41 mil estabelecimentos, que geravam aproximadamente 506 mil empregos formais. Os estabelecimentos estavam alocados, principalmente, em Serviços e Comércio, com, respectivamente, 51,6% e 37,9% do total do Estado cada. A Indústria, por sua vez, possuía 3,7 mil empresas na região, representando 8,9% do total e, por último, a Agricultura tinha apenas 645 empresas, com 1,6% do total. Entre os empregos formais totais da região, Serviços foi responsável pela contratação de 62,4%, seguido pelo Comércio (24,3%). A Indústria, por sua vez, empregava 12,8% e a Agricultura foi responsável por apenas 0,5% dos empregos formais.

Em 2020, o mercado de trabalho como um todo sofreu forte impacto com a chegada da pandemia do coronavírus. Na região Leste Fluminense não foi diferente. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), entre março e junho de 2020, meses de auge da pandemia, a regional acumulou saldo negativo de 24,2 mil demissões em seu mercado de trabalho formal. Nos meses seguintes observou-se tendência

1 Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Itaboraí, Maricá, Niterói, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Gonçalo, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Silva Jardim e Tanguá.

2 O IFDM varia de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. Para mais informações, ver: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>

3 O IFGF varia entre 0 e 1, e quanto mais próxima de 1, melhor a gestão fiscal do município. Para mais informações, ver: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>

4 O município de Cabo Frio está fora da base por apresentar inconsistências em seus dados e, Araruama e Arraial do Cabo pela indisponibilidade de dados para consulta dentro do prazo legal.



de recuperação no mercado de trabalho formal, que, no entanto, não foi suficiente para recuperar as perdas causadas no auge da pandemia. Desse modo, a regional acumulou saldo negativo de 11,2 mil desligamentos em postos de trabalho formais no ano de 2020, apresentando o segundo pior saldo de contratações do Estado. Entre as atividades econômicas, o setor de Serviços foi o que mais sofreu com a crise, com saldo de 9,9 mil demissões em 2020. O Comércio apresentou

o segundo pior desempenho da regional, com perda de 1,4 mil empregos formais no período. Por outro lado, a Indústria e a Agricultura conseguiram se recuperar e terminam o ano com saldo positivo de, respectivamente, 9 e 36 admissões.

A seguir, apresentamos as ações prioritárias para o desenvolvimento da região Leste Fluminense para o período 2021-2024.

Ações Prioritárias para o Desenvolvimento do Leste Fluminense

1. Ordenamento urbano

Propostas:

- 1.1 Atualizar os planos diretores municipais.
- 1.2 Preservar as áreas destinadas à instalação de distritos e condomínios industriais.
- 1.3 Adequar a infraestrutura (acesso, água, energia, gás natural, banda larga etc.) dos distritos e condomínios industriais existentes.

Contextualização:

6 A competitividade do setor industrial perpassa pelo acesso ao fornecimento de energia a preços módicos e com qualidade. Por esse motivo é tão importante que os condomínios industriais tenham acesso à energia de forma adequada. Ressalta-se que o Rio de Janeiro possui a energia mais cara do Brasil, podendo chegar a 43% acima da média nacional. É fundamental encontrar soluções conjuntas com os demais agentes do setor elétrico para transformar a energia em um fator de competitividade dentro dos condomínios industriais e preparar a região para a retomada da economia nos próximos anos, que exigirá um fornecimento de energia estável e confiável.

Ação:

- Aproximar indústrias e distribuidoras de energia para tornar mais céleres as soluções que envolvem as interrupções e as oscilações de energias e a manutenção de rede, além dos episódios contratuais como a ampliação de carga.

Contribuição Firjan:

- Criar canal direto para a interlocução entre os agentes e atores econômicos visando aproximar o setor produtivo das empresas de energia para melhor solucionar as questões relacionadas ao setor elétrico.
- Apoiar e disseminar medidas de eficiência energética e geração distribuída para o setor produtivo, visando reduzir os custos industriais com a energia e tornar seu uso competitivo.

Propostas:

- 1.4 Requalificar e incentivar a ocupação de áreas urbanas que já possuem infraestrutura de transporte, saneamento, energia e telecomunicação.
- 1.5 Fazer cumprir as normas referentes ao combate à ocupação irregular e seus efeitos, em especial nas áreas industriais e seus entornos.
- 1.6 Adequar a infraestrutura de transporte, saneamento, energia e telecomunicação nas áreas de baixa renda.
- 1.7 A partir dos planos diretores, estimular o desenvolvimento de novas áreas para núcleos habitacionais formados por residências, comércio e serviços.

Contextualização:

O ordenamento urbano é condição necessária para o desenvolvimento socioeconômico. Regiões que dispõem de infraestrutura adequada e planejamento de longo prazo têm maior capacidade de atrair investimentos, com geração de empregos e renda para suas respectivas populações. A mobilidade urbana e sustentabilidade ambiental são diretamente afetados por tal ordenamento. O estado do Rio de Janeiro convive com adensamentos populacionais desprovidos de infraestrutura adequada, muitas vezes localizados em áreas planejadas para fins empresariais. Como resultado, parcela significativa da população possui baixa qualidade de vida, refletindo na saúde e na produtividade das pessoas. A ocupação irregular, muitas vezes próxima a

indústrias, prejudica a atividade empresarial e inibe a realização e novos investimentos.

Ação:

- Atualizar os Planos Diretores Municipais e as leis de uso e ocupação do solo.
- Mapear áreas com maior urgência de investimentos em infraestrutura e priorizá-las na realização de intervenções públicas.

Contribuição Firjan:

- Apoiar as prefeituras no processo de atualização dos planos diretores, do zoneamento urbano e da legislação de uso do solo com vistas a estabelecer regras de expansão habitacional ordenada.

2. Planejamento regional

Propostas:

- 2.1 Criar um Plano Diretor Regional de Desenvolvimento Integrado, incluindo as inter-relações com outras regiões do estado.
- 2.2 Transformar o Conleste na entidade consorciada para gerir as ações integradas, com adesão dos municípios ainda não membros.

Contextualização:

Os municípios da região são interconectados. Portanto, deve-se pensar em seu desenvolvimento integrado (em vez de isolado). Como as ações adotadas por cada município impactam diretamente os demais, é necessário um planejamento conjunto, visando ao progresso regional.

Ação:

- Articulação entre as prefeituras da região, com vistas a ações de planejamento com foco específico no desenvolvimento da região.

- Desenvolvimento de ações no âmbito do Instituto Rio Metrópole (IRM).
- Desenvolvimento de ações no âmbito do Conleste.
- Articulação com as prefeituras dos municípios não aderentes ao Conleste, visando à sua integração.

Contribuição Firjan:

- Articular, junto às prefeituras, a elaboração de planejamento integrado para a região.



3. Saneamento ambiental

Propostas:

3.1 Ampliar a rede de Centros de Tratamento de Resíduos urbanos e industriais e instalar unidades locais de coleta e reciclagem para aumentar a destinação segura de resíduos.

Contextualização:

Mesmo com as Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos vigentes e consolidadas, a destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos (RSU) permanece um desafio para os municípios. A permanência do funcionamento de lixões ilegais e a carência de uma rede estruturada de triagem e recuperação dos recicláveis resultam em desperdício de valor dos resíduos e na poluição dos ambientes urbanos, acarretando riscos ambientais e de saúde pública e perda de qualidade de vida para a população. Somado a isto, a ausência de dados sobre as características dos resíduos sólidos urbanos e equiparáveis impede a melhoria da sua gestão. O atendimento à legislação de coleta e destinação de RSU e o incentivo às empresas atuantes no mercado de gestão de resíduos podem transformar a reputação social e ambiental de um município e movimentar uma nova vertente de arrecadação de recursos.

Ação:

- Elaborar (ou revisar) o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.
- Publicar o novo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos como política municipal.
- Prestar informações regulares e acuradas ao SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento), SINIR (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos) e ICMS Ecológico, para

favorecer o desenvolvimento de políticas públicas assertivas, abrangentes e coerentes com a realidade municipal.

- Promover estudos de identificação do potencial local para o desenvolvimento de negócios da cadeia de reciclagem, bem como para o estabelecimento de parceria entre municípios vizinhos.
- Incentivar e desburocratizar a instalação e a regularização de empresas atuantes no mercado de beneficiamento de resíduos, inclusive cooperativas de catadores.
- Formalizar o elo de catadores de recicláveis nos municípios.
- Cadastrar cooperativas de catadores.
- Prever a inexigibilidade ou a simplificação do licenciamento ambiental.
- Conceder alvará de funcionamento com agilidade.
- Criar rede de cooperativas regional para viabilizar volume e distribuição.
- Encerrar lixões e aterros controlados.
- Criar mecanismos e alavancar a concessão de serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos para a iniciativa privada.
- Articular-se com os municípios do entorno para instituição de consórcio para a gestão integrada de RSU.

Contribuição Firjan:

- Articular com instituições de referência para instrumentação do município para a elaboração e governança do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Atuar junto aos órgãos ambientais estaduais e federais na simplificação dos procedimentos de regularização e nas ferramentas de controle ambiental, inclusive no licenciamento das cooperativas de catadores e outras empresas atuantes no segmento de reciclagem;
- Elaborar e disponibilizar nota técnica sobre oportunidades de concessão de serviços de coleta e manejo de resíduos sólidos urbanos;
- Elaborar e disponibilizar nota técnica sobre fluxo de resíduos recicláveis, auxiliando na identificação de vocações e oportunidades locais para o estímulo ao desenvolvimento da cadeia;
- Disponibilizar de forma gratuita a plataforma Conecta Recursos de livre negociação entre empresas para oferta e procura por recursos disponíveis, inclusive resíduos, estimulando o melhor aproveitamento.

Propostas:

3.2 Aderir à concessão da Cedae ou conceder a outro ente privado a oferta de água, a coleta e o tratamento de esgoto, buscando a universalização da prestação do serviço.

Contextualização:

O saneamento básico é indispensável para o desenvolvimento. Afeta diversos setores e aspectos, como saúde pública, sustentabilidade ambiental, produtividade dos trabalhadores, geração de empregos e turismo.

Apesar disso, o estado do Rio de Janeiro enfrenta graves déficits de cobertura de Abastecimento de Água, bem como de Coleta e Tratamento de Esgoto, comprometendo o seu progresso socioeconômico.

É necessário destravar investimentos que podem expandir a cobertura e melhorar os serviços ofertados à população, para que superemos essas adversidades.

Ação:

- Apoio ao processo de concessão dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, especialmente o da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE).

Contribuição Firjan:

- Apoiar o governo estadual e o BNDES no processo de concessão da CEDAE.
- Apoiar prefeituras interessadas em realizar a concessão dos serviços.

Propostas:

3.3 Recuperar e proteger mananciais para o sistema de abastecimento de água.

Contextualização:

A recuperação e proteção de mananciais são essenciais para o abastecimento público de água. A grave crise hídrica ocorrida entre 2014 e 2015, na região Sudeste, obrigou as indústrias a replanejar sua estratégia de atuação. Além disso, evidenciou que a água está fortemente relacionada à continuidade das atividades produtivas, que a gestão da água vai além dos muros das empresas e que há uma conexão entre negócios e natureza. A segurança hídrica envolve não apenas a gestão interna de recursos hídricos, mas também ações focadas em seu fornecimento. Legalmente, o abastecimento das indústrias não é prioridade em um cenário de escassez, o que torna ainda mais urgentes ações preventivas que visem à provisão e à regulação do fornecimento (prevenindo excessos, como enchentes, ou escassez) e da qualidade da água, evitando riscos regulatórios, físicos, econômicos ou de imagem e reputação. Nesse sentido, a Firjan vem se articulando com

instituições de referência com foco na recuperação de infraestrutura natural para segurança hídrica e em soluções baseadas na natureza, como a The Nature Conservancy (TNC) e Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza (FGB).

Ação:

- Aumentar os investimentos em infraestrutura natural e soluções baseadas na natureza que contribuam para a proteção e recuperação de mananciais.

Contribuição Firjan:

- Articulação com os Comitês de Bacias Hidrográficas locais e com instituições de referência que possam atuar no território com foco em infraestrutura natural para segurança hídrica e soluções baseadas na natureza para proteção e recuperação de mananciais.
- Mobilização, comunicação e disseminação dos conceitos de infraestrutura natural e soluções baseadas na natureza.

4. Logística e mobilidade urbana

Propostas:

- 4.1 Pavimentar e melhorar a drenagem da Estrada da Posse dos Coutinhos, ligação entre Itaboraí e Tanguá.
- 4.2 Adequar a rodovia RJ-124, que liga São Pedro da Aldeia à BR-101.

Contextualização:

As condições de deslocamento de pessoas e cargas são essenciais para o desenvolvimento regional. O tema afeta a produtividade dos trabalhadores, sua saúde, a sustentabilidade ambiental e os custos de frete, entre outros fatores, impactando toda a sociedade. Portanto, melhorar a mobilidade urbana é crucial para o progres-

so da região. Isso contempla tanto avanços em infraestrutura de transportes como a melhoria do planejamento territorial.

Contribuição Firjan:

- Articular, junto ao Governo do Estado, a realização de investimentos nas rodovias da região.



5. Educação

Propostas:

- 5.1 Ampliar a qualificação dos professores da rede pública.
- 5.2 Implantar internet nas escolas públicas, de modo a possibilitar a aplicação de programas com novas tecnologias voltados à melhoria do nível de escolaridade e da qualidade do ensino.

Contextualização:

Neste conjunto de municípios (Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Itaboraí, Maricá, Niterói, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Gonçalo, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Silva Jardim e Tanguá), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), referente ao ano de 2019, para os anos iniciais do Ensino Fundamental, mostrou evolução nos municípios de Iguaba Grande e Rio das Ostras, superando a meta planejada para o ano. Armação dos Búzios e São Gonçalo alcançaram a média. Todas os demais, ficaram abaixo. Já para os anos finais do Ensino Fundamental, apenas Rio das Ostras alcançou a média e os demais municípios ficaram abaixo do planejado para 2019.

Assim, para todos os municípios, há defasagens consideráveis nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, o que implica a necessidade de investimento na formação continuada docente, buscando melhor qualificação para cada grupo de professores. Ainda nesta perspectiva, é importante que haja investimento no acesso às inovações no uso de novas plataformas e tecnologias para o ensino-aprendizagem em sala de aula e demais espaços educacionais.

Há, também, carência de associação do processo educacional com uma perspectiva cultural (artes plásticas, música, teatro, dança) e científica. Assim, iniciativas para constituição de espaços de aprendizagem diferenciados (laboratório de ciências, sala de artes, Espaço Maker e sala de robótica, com seus respectivos

materiais para pleno uso) podem ser extremamente importantes na formação de crianças e jovens de cada um dos municípios e se refletirão em oportunidades de desenvolvimento da criatividade, em uma postura de solução de desafios e em ações empreendedoras por parte desses alunos.

Ação:

- Consultoria de acompanhamento docente nas disciplinas, com especial atenção às áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Constituição de um projeto de cultura em educação, que ofereça aos alunos uma maior interação com as artes. Avaliação da língua estrangeira nas escolas da rede, de modo a realizar trabalho que apresente sua real importância como possibilidade de acesso a outras vivências. Também é importante o investimento em recursos de tecnologia para o ambiente escolar, tanto em itens de informática e internet, quanto em laboratórios das áreas de ciências. Associadas a este último, buscando a perspectiva de inovação, possibilidades relacionadas à Educação Maker e à Robótica poderiam ser iniciadas, pois estas já se constituíram em excelentes oportunidades de potencialização de aprendizagem, embora necessitem de espaços específicos e investimento em itens relacionados.

Contribuição Firjan:

- Compartilhamento de práticas adotadas nas escolas Firjan SESI.

6. Ambiente de negócios

Propostas:

- 6.1 Simplificar o processo para abertura de empresas e obtenção de licenças, aumentando a integração entre as secretarias municipais e destas com o Regin (Sistema de Registro Integrado da Jucerja).

Contextualização:

Todos os municípios do Leste Fluminense encontram-se integrados ao REGIN (Sistema de Registro Empresarial Integrado da Jucerja – Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro). Contudo, a adesão ao sistema ainda não contempla todas as etapas de abertura e licenciamento empresarial. As indústrias precisam percorrer, na maioria das vezes fisicamente, as secretarias municipais para dar entrada nos processos. São comuns os casos de apresentação dos mesmos documentos em diferentes secretarias do mesmo município. Processos conduzidos majoritariamente de modo físico/presencial e o baixo nível de integração entre as secretarias municipais gera custos desnecessários (apresentação da mesma documentação diversas vezes), dificulta o acompanhamento dos processos e acarreta prazos longos para

obtenção das licenças para funcionamento. A dificuldade em obter as licenças impede a operação, estimula o funcionamento sem a documentação adequada e cria dificuldades para as empresas, como, por exemplo, o acesso a crédito.

Ação:

- Informatizar os processos de obtenção de licenciamento, integrar as secretarias municipais e avançar na adesão ao REGIN.

Contribuição Firjan:

- Apoio na interlocução com a Jucerja para avanço na integração com o REGIN.
- Apoio na interlocução com operadoras de internet para viabilizar a oferta de banda larga adequada, caso necessário.

Propostas:

6.2 Melhorar o processo de licenciamento ambiental por meio de:

- a) Capacitar os técnicos das prefeituras;
- b) Adotar procedimentos baseados na autodeclaração, priorizando o papel fiscalizatório das secretarias municipais e, assim, permitindo a redução dos prazos para licenciamento.

Contextualização:

O licenciamento ambiental é uma importante ferramenta de preservação do meio ambiente. Os municípios têm a competência originária para realizar o licenciamento ambiental de impacto local, dada pela Lei Complementar 140/2011, e a Resolução Conema 42/2012 regulamentou no estado do Rio como isto ocorreria, estabelecendo regras mínimas. No entanto o processo de licenciamento municipal tem se mostrado lento e burocrático, com falta de equipe dedicada e qualificação técnica insuficiente dos seus analistas.

Ação:

- Tornar o processo de licenciamento ambiental municipal digital, trazendo transparência na tramitação e celeridade.

- Harmonizar o licenciamento ambiental municipal com o estadual, incorporando as principais inovações propostas pelo novo Sistema Estadual de Licenciamento e demais procedimentos de Controle Ambiental (Selca).
- Garantir uma composição mínima da equipe dedicada ao licenciamento ambiental.
- Qualificação técnica necessária para conduzir os processos com excelência.

Contribuição Firjan:

- Promover uma aproximação entre o órgão ambiental municipal e o Instituto Estadual do Ambiente (Inea).
- Contribuir com a revisão e elaboração das normas ambientais para fins de licenciamento ambiental municipal.

Propostas:

6.3 Regulamentar e efetivar a Lei Geral de MPE nos municípios, informando as empresas sobre a lei e compras públicas em andamento.

Contextualização:

A Lei Complementar 123/2006, também conhecida como Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (MPE), institui um tratamento simplificado, diferenciado e favorecido para as MPE. O poder público municipal tem um papel crucial, como agente de promoção de um ambiente favorável, para fomentar o fortalecimento e a competitividade dos pequenos negócios. A Lei confere tratamento diferenciado às MPE, assegurando regime tributário diferenciado nas compras públicas, e registro e legalização simplificados. Instituída em nível federal, a lei necessita

de regulamentação própria em cada município. Niterói e São Gonçalo, por exemplo, já possuem legislações próprias que regulamentam a Lei Geral das MPE.

Ação:

Regulamentar a Lei Geral das MPEs em todos os municípios da Região Leste Fluminense, assegurando a ampla divulgação e publicação das compras públicas.

Contribuição Firjan:

Apoio técnico às prefeituras para elaboração da legislação.

7. Gestão pública

Propostas:

7.1 Racionalizar os gastos públicos, partindo da redução do tamanho da máquina pública.

Contextualização:

Sem dúvidas, o cenário de grave quadro sanitário causado pela pandemia da Covid-19 reforça a urgência da concretização da agenda reformista. Além dos impactos na saúde, no ano de 2020 houve forte retração da atividade econômica e aumento de desemprego. Estima-se retração de 4,5% do PIB brasileiro. No mercado de trabalho formal, foram 1,6 milhão de vagas eliminadas no pior período da pandemia (de março a julho). Até novembro de 2020, 93% desses postos de trabalho foram recuperados. Cabe acrescentar que as medidas públicas de estímulo à atividade econômica e à garantia de renda evitaram um quadro socioeconômico ainda mais crítico. São exemplos: os auxílios financeiros às empresas e trabalhadores, as transferências a estados e municípios e o aumento de gastos destinados à saúde. Em um contexto de novas ondas de contaminação da Covid-19, o Brasil e o mundo dependem da continuidade de estímulos fiscais e monetários para mitigar os efeitos severos da pandemia. Entretanto, a insustentabilidade

das contas públicas brasileiras se tornou um entrave à retomada da atividade econômica.

Ação:

- Diante desse cenário, uma pauta de extrema importância e urgência para o equilíbrio das contas públicas é a aprovação de uma reforma administrativa robusta. O desequilíbrio fiscal atual é latente e insustentável, decorrente, em grande parte, do fato de o poder público apresentar estruturas e quadro superestimados, nem sempre eficientes na administração do recurso público. O resultado é visto na precarização dos serviços prestados à sociedade e na baixa capacidade de geração de emprego e renda e de atração de investimentos.

Contribuição Firjan:

- Articulação política de forma a estabelecer contato com o Governo Federal para apresentar nossas propostas sobre a reforma administrativa.

Propostas:

7.2 PPP: conceder a administração de serviços à iniciativa privada, capacitando os técnicos para estruturação de projetos.

Contextualização:

A retomada dos investimentos em infraestrutura passa necessariamente por maior participação do setor privado em áreas nas quais o setor público não possui capacidade para investir. Nesse sentido, é preciso expandir os programas de parcerias público-privadas (PPP), através do aumento do volume de procedimentos e da ampliação dos setores em que são aplicadas. Para isso, é preciso que as PPP sejam transparentes, apresentem menores riscos regulatórios e ofereçam reais garantias jurídicas e econômicas. Nesse sentido, é essencial que os formuladores das PPP tenham o conhecimento técnico necessário para a adequada estruturação dos projetos e editais. É preciso ainda que haja mais espa-

ços para a participação de pequenas e médias empresas, de forma a estimular a economia e reduzir os riscos inerentes à entrega de grandes lotes de concessões.

Ação:

- Mapear as obras e os serviços que podem ser concedidos à iniciativa privada e estruturar cronograma para lançamento dos editais de chamamento público.

Contribuição Firjan:

- Apoiar as prefeituras na identificação dos conhecimentos técnicos necessários para capacitação de funcionários dedicados à elaboração de editais e projetos para PPP.



8. Segurança Pública

Propostas:

- 8.1 Melhoria das condições de segurança pública, em especial nas áreas industriais.
- 8.2 Combate ao roubo de carga, principalmente nas regiões cortadas pelas rodovias federais, em especial a BR-101, em São Gonçalo.
 - 8.2.1 Ações para coibir toda a cadeia de roubo de carga, da recepção ao comércio ilegal.

Contextualização:

A segurança pública tem papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico. Regiões consideradas mais violentas têm dificuldade para reter e atrair investimentos, bem como gerar empregos e renda. Neste contexto, algumas cidades do Leste Fluminense, como, por exemplo, São Gonçalo, vêm sofrendo ao longo dos anos com o alto índice de criminalidade e uma sensação de insegurança que interfere diretamente no ambiente de negócios. Devido à relevância do tema para a competitividade industrial fluminense, o fortalecimento da segurança pública foi apontado como uma

das propostas do Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2016-2025, elaborado pela Firjan.

Ação:

- Interlocução com o Governo do Estado do Rio de Janeiro no policiamento e na melhoria das condições de segurança pública, principalmente nas áreas industriais.

Contribuição Firjan:

- Apoiar as prefeituras na interlocução junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Firjan SENAI
SESI
IEL
CIRJ

